

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES
E OS PARADIGMAS DO ENSINO NA
GESTÃO EDUCACIONAL**

MONOGRAFIA

Silvana Silveira Schies

Sapucaia do Sul, RS, Brasil 2012

FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES E OS PARADIGMAS DO ENSINO NA GESTÃO EDUCACIONAL

Por

Silvana Silveira Schies

Monografia apresentada ao Curso de Pós-graduação
em Gestão Educacional, Área de Ciências Sociais e Humanas da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),

Orientadora: Prof^a. Mestre Crystina Di Santo D`Andrea

**Sapucaia do sul, RS, Brasil
2012**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Pós-graduação em Gestão Educacional

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Pós-Graduação

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES
E OS PARADIGMAS DO ENSINO NA GESTÃO EDUCACIONAL**

Elaborado por:

Silvana Silveira Schies

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Crystina Di Santo D'Andrea, Mestre (UFSM)
(Orientadora/ 1ª examinadora)

Oséias Santos de Oliveira, Doutor (UFSM)
(2º examinador)

Josiane Pozzatti Dal Forno, Doutora (UFSM)
(examinadora)

Daniele Rorato Sagrillo, Mestre (UFSM)
(suplente)

Sapucaia do Sul, 01 de dezembro de 2011.

RESUMO

Monografia apresentada ao Curso de Pós-graduação
Curso de Pós-Graduação em Gestão Educacional,
Universidade Federal de Santa Maria

FORMAÇÃO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES E OS PARADIGMAS DO ENSINO NA GESTÃO EDUCACIONAL

AUTORA: SILVANA SILVEIRA SCHIES
ORIENTADORA: PROF^a. MESTRE CRYSTINA DI SANTO D'ANDREA
DATA E LOCAL DA DEFESA: 01 DE DEZEMBRO DE 2012
SAPUCAIA DO SUL.

Essa pesquisa objetiva estudar o curso de formação de professores em nível médio, o curso Normal e mostrar as vantagens oferecidas para os docentes que perpassam por esta etapa da educação e a trajetória curricular do curso Normal a partir de sua fundação, em 1890 até 2013. Através deste estudo, pretende-se clarear a necessidade de fazer uma reformulação das Bases Curriculares Nacionais do curso Normal para ampliar a qualidade de formação de professores no Ensino Médio e posterior ingresso no curso superior para formação de professores dos primeiros anos do Ensino Fundamental. O curso Normal é rico em práticas educacionais e Didáticas, que facilita a aprendizagem do professor em formação ao se deparar com a realidade da sala de aula. Em contrapartida, o ensino superior é rico em fundamentação teórica, que aprofunda os conhecimentos do professor em formação, mas deixa a desejar nas práticas educacionais. Dessa forma, acreditamos que a aliança com a formação continuada, contribuiria para uma formação de melhor qualidade para o professor dos anos iniciais e daria um suporte maior para a Educação Básica. Não encontramos políticas públicas eficazes que elucidem o assunto para a formação de futuros Gestores Educacionais. Existe uma legislação que não exige uma preparação antecedendo a formação superior no campo da educação, mas que recomenda a formação inicial do professor em nível de Ensino Médio. Percebe-se uma incoerência nas políticas públicas de formação de professores, que não são expostas com clareza suficiente para nortear as políticas públicas na gestão de formação de professores. A proposta desta pesquisa, é elucidar as práticas educacionais do curso, mostrando, através de análise das práticas em sala de aula e pesquisa de campo, a realidade encontrada voltadas especificamente para a teoria e a prática educacional, realizada com alunos e professores do curso Normal e Ensino Fundamental, clareando as vantagens de se preparar a partir do Ensino Médio para a formação de professores capacitados e estruturados.

Palavras-chave: **Ensino Normal; Reformulação Curricular; Políticas Públicas.**

ABSTRACT

Paper presented at the Postgraduate Course
Postgraduate Course in Education Management,
Universidade Federal de Santa Maria

TEACHER LITERACY PARADIGMS AND EDUCATION IN EDUCATIONAL ADMINISTRATION

AUTHOR: SILVANA SILVEIRA SCHIES
SUPERVISORA: PROF^a. MASTER CRYSTINA DI SANTO D'ANDREA
DATE AND PLACE OF DEFENSE: 01 DE DECEMBER DE 2012.
SAPUCAIA SOUTH

This research aims to study the course of teacher training at secondary level, the Normal course and show the advantages for teachers that go through this stage of career education and curricular Normal Course from its founding in 1890 until 2013. Through this study, we intend to clarify the need for an overhaul of the National Curriculum Bases of Normal Course to improve the quality of teacher training in high school and later joining the college for training teachers of the early years of elementary school. The course is rich in Normal educational practices and Teaching, which facilitates learning in teacher training when faced with the reality of the classroom. In contrast, higher education is rich in theoretical foundation, which deepens the knowledge of the teacher in training, but it is lacking in educational practices. Thus, we believe that the alliance with continuing education, contribute to a better quality training for years teachers and give greater support for Basic Education. We found no effective public policies that elucidate the matter to the education of future managers Education. There is no legislation that requires preparation preceding the higher education in the field of education, but recommends that the initial training of teachers at the school. There is a perceived inconsistency in public policy training of teachers, who are not exposed clearly enough to guide public policies in the management of teacher training. The purpose of this research is to elucidate the educational practices of the course, showing, through analysis of practices in classroom and field research, the reality found specifically geared to educational theory and practice, conducted with students and teachers of the course and Normal Elementary School, clearing the advantages of preparing from the school for the training of teachers trained and structured.

Keywords: Normal Education, Curriculum Redesign; Public Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Currículo da Escola Normal em 1980.....	30
Tabela 2 – Currículo da Escola Normal Paulista em 1894	31
Tabela 3 – Currículo da Escola Normal do Distrito Federal 1911 – Processo de Mudanças.....	33
Tabela 4 – Matriz Curricular da Escola Normal do Século XXI (Quadro 4)	34
Tabela 5 – Matriz Curricular da Escola Normal do Século XXI (Quadro 5)	37
Tabela 6 – Pesquisa de Campo	41
Gráfico 1 – Professores de Anos Iniciais.....	45
Gráfico 2 – Formação dos professores pesquisados	46
Gráfico 3 – Recursos conhecidos pelos professores	46
Gráfico 4 – Utilização dos recursos em sala de aula.....	47
Gráfico 5 – Cursos que conheceu os referidos recursos.....	47
Gráfico 6 – Construção e manuseio de material concreto no ensino superior	48
Gráfico 7 – O que mais dificulta o planejamento para quem não possui Magistério/Curso Normal.....	49
Gráfico 8 – Maior ênfase no ensino médio Normal	49
Gráfico 9 – Maior ênfase no ensino superior Pedagogia.....	50
Gráfico 10 – Teóricos da Educação mais conhecidos.....	50
Gráfico 11 – Métodos de alfabetização mais conhecidos	51

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Justificativa	9
1.2 Objetivos.....	10
1.2.1 Objetivo Geral	10
1.2.2 Objetivos Específicos	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 Políticas Públicas e a trajetória na formação do Educador	16
2.2 Reestruturação das Políticas Públicas de Capacitação	23
2.3 Processo de mudanças do Curso Normal Médio na Gestão Educacional Brasileira.....	28
2.4 Quadros evolutivos das mudanças curriculares	29
3 METODOLOGIA	40
4 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS	45
4.1 Gráficos	45
4.2 Interpretação de dados das Tabelas	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS.....	55

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa vem ao encontro de uma perspectiva histórica da formação de professores, centrada na investigação da prática e formação do profissional, voltada para a aprendizagem do aluno, à escola e ao seu entorno, para verificar sua sintonia com a comunidade e com as pessoas que a integram.

Ao longo da pesquisa, serão analisados os estudos provenientes de professores da Escola Estadual de Ensino Fundamental Alcides Maya, em Sapucaia do Sul, que possuem o Curso Normal, e os estudos dos professores que não possuem, tabelados e analisados, a fim de constatar os benefícios e dificuldades encontradas para quem não possui formação em nível médio para a prática em sala de aula na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Educação Básica.

Muito se fala sobre a gestão escolar, qualidade do ensino e da aprendizagem dos alunos, dos recursos para a educação, dos problemas de indisciplina e até das responsabilidades do educador, que vão além de seu dever. Pouco se fala das condições e possibilidades para formação deste educador, das políticas públicas para sua formação e da responsabilidade governamental sobre o tema.

A pesquisa visa demonstrar as vantagens de cursar o Normal, em nível médio, como etapa inicial na formação do professor para posterior continuidade com o ingresso na formação acadêmica, de nível superior. Durante o curso Normal, salienta-se a importância das Didáticas, práticas vivenciadas por nossos alunos e a interação do educador com o educando em sua realidade social.

O curso Normal, de nível médio, de maneira geral, no seu currículo atribui maior ênfase nas Didáticas, possibilitando o entendimento e a aplicação de elementos pedagógicos fundamentais para a formação docente. Proporciona ao educando possibilidade de construir recursos e aplicá-los em situações práticas. Integra educador e educando com os conteúdos curriculares a partir de sua realidade social. Também possibilita a investigação de diferentes estratégias para ensinar e reensinar a diversidade de conteúdos, tantas vezes quantas forem necessárias ao entendimento

dos alunos e futuros professores, explorando diferentes habilidades, capacidades e formas de entendimento. Esses são aspectos imprescindíveis à formação do professor, vivenciados no transcorrer do curso Normal.

No curso superior, seja Pedagogia ou outro que esteja voltado para educação, o foco está na fundamentação teórica e pesquisa, proporcionando ao educando base para aprofundamento sobre as temáticas do curso e análise de suas vivências, construindo um gama maior de autonomia e informação. Entende-se que a aplicação das práticas aliadas à fundamentação teórica tornou-se um pressuposto essencial para a formação de profissionais competentes e adequados, oferecendo aos alunos uma formação mais relacionada ao exercício do magistério, dentro dos valores éticos e de pertinência da profissão, que priorize ajudar o educando a aprender e desenvolver-se em todos os aspectos, somando suas habilidades, saberes, valores, hábitos, atitudes, interação com o lúdico, expressão de ideias, ou qualquer tipo de aprendizagem ainda não desenvolvida e julgada importante e necessária para o educando, tanto no âmbito pessoal como social, a fim de prosseguir para uma educação continuada e oportunizar seu desenvolvimento integral nas práticas educacionais.

Observando cautelosamente o trabalho desenvolvido com a formação de professores ao longo das práticas educacionais, presente na literatura, constatou-se a necessidade de dar continuidade ao curso Normal porque está dando certo como formação inicial do professor. Ressaltando que, no decorrer do exercício da profissão de magistério, professores que possuem o curso Normal, antecedendo a formação acadêmica, possuem um leque maior de possibilidades e estratégias de apoio educacionais que facilitam no desenvolvimento das práticas escolares. Da mesma forma, possuem maior autonomia e tranquilidade ao aplicar o exercício de ensinar e de aprender, situam-se no ambiente escolar com maior discernimento do que fazer e de como fazer para alfabetizar, enquanto aqueles que possuem apenas formação acadêmica, ensino superior, sentem-se deslocados e despreparados para atingir as necessidades dos alunos, desencadeando uma aprendizagem conturbada, ou até mesmo situações de não-aprendizagem. Muitas vezes, professores que têm apenas formação acadêmica entram em sala de aula alicerçados em uma bagagem conteudista, com muita fundamentação teórica desvinculada de qualquer situação real,

refletindo apenas o que recebem na formação e do que leem nos livros. Possuem uma visão objetiva e tecnicista de como ensinar, faltando-lhes o objeto norteador de por que ensinar e que caminhos seguir, estratégias que se conhecem através das didáticas e das práticas educacionais.

Baseados nesses dois modelos de profissionais é que pretendemos desenvolver esta pesquisa e propor estratégias para a formação integral do professor, começando por uma reestruturação das bases curriculares do curso Normal, adequando às práticas e teorias simultaneamente.

1.1 Justificativa

Os professores estão passando por um processo de desvalorização profissional preocupante. Antes, passíveis de críticas, por não participarem de formações continuadas e por não existir um programa governamental específico incentivando e organizando as bases curriculares do curso Normal. Hoje, foram criadas políticas públicas que proporcionam cursos de graduação e especialização gratuitamente aos docentes, mas que ainda precisam adequar os programas de formação de professores para que haja uma educação de qualidade. Muitos professores atuam sem a base inicial que o curso Normal oferece e encontram dificuldades ao longo da trajetória docente por haver uma lacuna em função das didáticas aplicadas no ensino superior, que embora tenha programas semelhantes, não consegue alcançar sozinho a mesma transparência e detalhamento do curso Normal de nível médio, até mesmo pelo fato de ser um ensino acadêmico, não pode se fixar em detalhes pertinentes ao ensino médio. Segundo Feldmann:

...a transposição didática é polêmica e questionável, entre outros motivos, por acentuar a hierarquização dos saberes e reduzir o conhecimento escolar e relações de transposição de um saber acadêmico a um saber a ser ensinado. (FELDMANN, 2009, p.101).

Saber, não significa saber ensinar. Muitas pessoas dominam conteúdos, fórmulas, cálculos, ferramentas, mas não sabem repassar ao outro. Retêm o conhecimento para si, mas falta-lhe didática para ensinar. Essa característica é muito comum encontrar em professores que nunca atuaram em sala de aula ou recém-formados numa faculdade.

Essa pesquisa sugere mudanças nos programas educacionais de formação de professores de Anos Iniciais para que o ponto de partida seja o curso Normal seguido da formação superior para obter aproveitamento máximo na formação do educador.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Estudar a posição oficial do Conselho Nacional de Educação (CNE), que considera o curso Normal o ponto de partida na trajetória formativa de professores.

1.2.2 Objetivos Específicos

Priorizar a formação de professores com a base no curso Normal em nível médio, como formação inicial, seguido da formação superior, como formação continuada.

Sugerir uma iniciativa de alterações necessárias nas Bases Curriculares Nacionais para o curso Normal em nível médio através das Políticas Públicas e

Gestores Educacionais, para um exercício de qualidade integral na formação de professores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O curso Normal, em âmbito nacional, baseado na Resolução CEB Nº 2, de 19 de abril de 1999 (Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade normal) respalda a continuidade deste curso de formação de professores. Além dessa legislação e da LDB 9.394/1996, o Curso de Magistério (Normal) da rede pública estadual de ensino está amparado pelo Parecer Nº 316/1997/CEE (Alteração Curricular do Curso de Magistério - Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da rede estadual). Esses dispositivos legais determinam que esse curso tenha a duração de 4 anos, ou o mínimo de 3.200 (três mil e duzentas horas), incluindo estágio supervisionado.

§ 4º A duração do curso normal em nível médio, considerado o conjunto dos núcleos ou áreas curriculares, será de no mínimo 3.200 horas, distribuídas em 4 (quatro) anos letivos, admitindo-se:

I – a possibilidade de cumprir a carga horária mínima em 3(três) anos, condicionada ao desenvolvimento do curso com jornada diária em tempo integral;

II – o aproveitamento de estudos realizados em nível médio para cumprimento da carga horária mínima, após a matrícula, obedecidas as exigências da proposta pedagógica e observados os princípios contemplados nestas diretrizes, em especial a articulação teoria e prática ao longo do curso (Resolução CEB, 19/04/99).

Segundo os dados estatísticos de 2011 do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), do Ministério da Educação e Cultura (MEC), há 2.039.261 professores no Brasil, sendo que 56,9% pertencem à Educação Infantil e 68,2% professores do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais, 84,2 Anos Finais e 94,1 no Ensino Médio. Destes dados, 82,1% possuem formação no Ensino Médio na modalidade Normal ou Magistério, 119.323 (6,3%) docentes denominados “professores leigos”, por concluírem o Ensino Fundamental ou Médio, mas não possuem a habilitação mínima para o exercício do Magistério e 15.982 (0,08%), com apenas

Ensino Fundamental, concentrados a maioria na região nordeste e zonas rurais e urbanas de todo Brasil.

É importante lembrar, que não é possível continuar com professores de baixa escolaridade, também conhecidos como “analfabetos funcionais”, atendendo 600 mil alunos, cerca de 1% da matrícula total da Educação Básica.

Dos 685.025 professores que lecionam em turmas de 1ª a 4ª série ou do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, 54,9% possuem curso superior com licenciatura e 32,3% Normal ou Magistério, perfazendo 597.889 docentes (87,3%) com a formação mínima exigida por lei para lecionar nessas séries.

Considerando a atual estrutura e organização do ensino, o curso superior de Pedagogia é tido, no entanto, como a formação mais adequada, precedendo o curso Normal em nível médio, para os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nesse sentido, verifica-se, no Censo 2007, que metade dos professores que atuam nessa primeira fase tem curso superior em Pedagogia (50,1%).

Foram também identificados 6,3% dos professores com formação superior sem licenciatura, 5,6% com nível médio e menos de 1% com nível fundamental (Portal do MEC, Estudo do Professor, 2007).

A escola normal de nível médio, de saudosa memória em muitos lugares, ainda se faz necessária em nosso país e não é possível dizer o contrário sob o risco de incorrer em equívocos graves. Com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) muitas escolas da rede particular baniram o curso de Magistério, atualmente Normal, sob suspeita de extinção do curso e má interpretação da Lei.

Ao contrário do que se imagina, o curso normal em nível médio, não está em extinção no Brasil, apenas perdeu espaço após a implantação da lei de Diretrizes e Bases (LDB), aprovada em 1996, que preconiza que para atuar na Educação Básica o docente deve ter nível superior, porém no mesmo artigo nº 62, assegura o direito de lecionar com nível médio, inclusive prestação de concurso público, para Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O curso está em pleno andamento em vários Estados do Brasil, como RS, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Bahia, Piauí, Pernambuco, Distrito Federal, entre outros. De acordo com a alta demanda de matrículas, ventila-se a proposta de resgatar os cursos normais, começando pelo enriquecimento de sua matriz curricular, através de Políticas Públicas atuantes, principalmente no que diz respeito as disciplinas do núcleo comum, ampliando sua carga horária e distribuindo ao longo do curso, juntamente com as disciplinas profissionalizantes, transformando-os numa porta de entrada para a carreira docente (Avancini. Revista Educação, Jan/2013).

Essa pesquisa se propõe a esclarecer, defender e divulgar a posição oficial do Conselho Nacional de Educação (CNE), que considera o curso Normal o ponto de partida na trajetória formativa de professores, ousando afirmar que, nas atuais condições brasileiras, o curso Normal é o meio mais apropriado de formação inicial, dos profissionais do Magistério, numa perspectiva de percurso formativo e permanente da profissão docente:

O curso normal médio é, inequivocamente, instância própria para formação de docentes para atuar na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, segundo o artigo 62 da Lei 9394/96.

A Resolução CEB nº 2, de 19 de abril de 1999 e o Parecer CEB nº 1, de 21 de janeiro de 1999 instituíram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo as mesmas válidas para todo o território nacional (Parecer do CNE/CEB 28/2001- Diário Oficial, sessão 1, p. 24).

A existência do curso Normal Superior e do curso de Pedagogia, não elimina a validade da formação de professores em cursos normais de nível médio, apenas dão continuidade ao percurso formador de um professor.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei 9394/96), no artigo 62, ao exigir que os professores da educação básica tenham formação de nível superior embora admitindo o curso Normal de nível médio, para Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental é o de melhorar a qualidade da educação oferecida aos cidadãos brasileiros.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (Regulamento)

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009)(LDBE nº 9.394 de 20/12/96).

A ideia de formação em nível superior é reforçada pelo artigo 87 da mesma Lei, repassando aos Municípios, Estados e à União realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isso, os recursos da

educação a distância, o qual facilitou muito o acesso de grande parte dos educadores aos cursos de graduação e especialização.

Conforme essa Lei, após o ano de 2007, em toda a educação básica, só deverão ser admitidos docentes com habilitação em nível superior, o que foi normatizado pelo Conselho Nacional de Educação, em 19 de maio de 1999, pela Resolução CEB nº 02/99. E ainda, no parágrafo 4º do mesmo Artigo 87, define o prazo de dez anos para que professores sejam graduados, o que atinge novamente os que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Infantil, para os quais a formação em serviço é, muitas vezes, a única oportunidade de se graduar. A pressão de educadores brasileiros, entretanto, levou o Ministério de Estado da Educação a homologar o Parecer 03/2003 (CEN/CEB) que altera o referido artigo da LDB, desobrigando os professores de cumprir tal prazo, sem abrir mão, entretanto, da defesa da adesão voluntária dos docentes ao programa de capacitação. Destaca-se também que o artigo Art.67, II da LDB prevê inclusive licenciamento periódico remunerado para assegurar aos professores aperfeiçoamento profissional. Essa preocupação com a formação de professores em nível superior manifesta-se, ainda, no Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei nº 10.172/2001, que definiu, como a meta para o decênio, contar com, pelo menos, 70% dos docentes em exercício na Educação Básica, formados em nível de graduação.

As exigências legais, em conjunto, não são muito claras quanto ao contingente a ser titulado e o tempo limite para isso, porém, mesmo a determinação menos ambiciosa não foi cumprida, tornando-se um desafio para todos os estados da Federação. Ainda não foram articuladas iniciativas suficientes ou criadas políticas públicas efetivas destinadas à capacitação sistemática de professores, para atender às necessidades do País. Mesmo as regiões mais desenvolvidas, que já atingiram níveis de capacitação elevados, ainda estão distantes das metas ideais (UFPR, Observatório da Educação Superior, 2012).

Ainda que seja um direito adquirido lecionar apenas com a formação média do curso Normal para Educação Infantil e os Anos Iniciais, além de poder prestar concurso público, entende-se que, essa formação não é o suficiente para garantir uma educação de qualidade. Não pretendemos assim, descartar a necessidade e importância de

continuar os estudos a partir desse nível de preparação, visto que é fundamental para a consolidação do educador no universo da educação, mas sim, ressaltar a riqueza do curso Normal como elemento preparatório e determinante para a sua formação antes de prosseguir os estudos em nível superior e subseqüentes progressões continuadas, conforme recomenda a Lei maior (LDB). Esse estudo defende a formação média no curso Normal seguida da formação superior para quem quiser ser professor, ressaltando a importância de uma formação continuada para alcançar a qualidade do ensino desejada.

A pesquisa está fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases/96 (LDB), suas Resoluções e Pareceres, em artigos de revistas voltados para a Educação, Periódicos, autores como Anísio Teixeira, Cortella, Falsarella, Feldmann, Lück, Pimenta, Tardif, Paro entre outros citados ao longo do trabalho.

2.1 Políticas Públicas e a trajetória na formação do Educador

A complexa relação entre a formação dos professores e a qualidade da Educação básica do Ensino Fundamental (anos iniciais), vem sendo analisada, por professores pesquisadores do Conselho Nacional de Educação (CNE) e constatada através do Índice do Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), sob a ótica de uma nota classificatória, através do instrumento Provinha Brasil, em que os alunos são testados anualmente quanto ao nível de conhecimento no segundo ano do Ensino Fundamental. É uma abordagem que, pelo seu caráter específico, tem estimulado o debate e o surgimento de inovações a respeito dos processos educacionais.

De acordo com o resultado obtido, são analisados os índices de aprendizagem educacional e constatados os sucessos e insucessos da Educação Básica nos Anos Iniciais.

Segundo entrevista na revista Veja, com o educador João Batista Araújo e Oliveira, presidente do Instituto Alfa e Beta, ONG dedicada à educação, “os gastos com

a educação aumentaram, e muito, foram criados muitos programas, mas isso não tem consistência suficiente para melhorar a qualidade do ensino”(Veja, 20 de outubro de 2012, p.20).

De acordo com o educador, a burocratização e cumprimento de metas a serem alcançadas superam a qualidade do trabalho a serem desenvolvidos, os educadores ficam presos em prazos e métodos de alfabetização rotativos impostos pelos governos e acabam se perdendo meio a tantas burocracias, desvinculando o foco principal de seu trabalho: ensinar.

Outro fator importante que se destaca, são as trocas de governo. Não há uma gestão que produza equidade e, tão pouco, continuidade de um programa educacional de um governo para outro. Há disputas de poderes e a educação fica sem foco. Falta um programa de ensino estruturado, políticas educacionais para todas as redes de ensino (estadual, municipal e privada) padronizadas. O professor deve saber o que vai ensinar, para depois saber o que avaliar. Hoje há disparidades de saberes entre alunos do mesmo ano em diferentes escolas, dentro da mesma comunidade.

O educador ressalta que, em vez de uma reestruturação educacional, reformam-se apenas nomes e títulos, mas no final das contas, tudo continua igual. Por exemplo, antigamente tínhamos “instrução pública”. Agora é “educação pública”. Antes era primário, secundário e terciário. No secundário havia o ginásial e o colegial/científico. Mudou para 1º grau, 2º grau e 3º grau. Hoje, foi criada a Educação Básica, dividida em Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior. Supletivo agora virou EJA (Educação para Jovens e Adultos). Há uma preocupação demasiada com nomenclaturas em vez de propostas para a estruturação do ensino.

Desde a década de 60, com baixos salários, o magistério sofre com o rebaixamento do nível de pessoal. A qualidade do ensino depende essencialmente do professor. Em consequência, baixos níveis de ensino e desvalorização da classe (Veja, 20 de outubro de 2012, p.20).

Do ponto de vista das organizações de educadores e das entidades que desenvolvem estudos e pesquisas sobre a formação docente, o tema vem sendo rigorosamente tratado no contexto de uma política global que contempla, simultaneamente, formação inicial e continuada, condições de trabalho, salário e

carreira. Com isso, formulam severas críticas às análises que privilegiam aspectos particulares de uma problemática cuja solução pressupõe políticas de natureza global. Vale ressaltar, no entanto, que ao abordarem explicitamente a formação inicial pleiteiam seja a mesma desenvolvida em níveis mais elevados, tendo em vista a complexidade que consideram inerente à tarefa de ensinar.

Segundo o educador Mario Sergio Cortella (seguidor das teorias de Paulo Freire), em seu livro “A Escola e o Conhecimento – Fundamentos Epistemológicos e Políticos”, o educador deve ter o papel de político/pedagógico, não pode assumir a posição de neutralidade dentro da escola e da sociedade, ele possui autonomia, embora que relativa, para intervir na forma em que a sociedade se organiza e construir espaços de inovação da prática educativa. O conhecimento dentro da sala de aula, muitas vezes é visto como algo acabado, pronto. Segundo Cortella:

Quando um educador nega (com ou sem intenção) aos alunos a compreensão das condições culturais, históricas e sociais de produção de conhecimento, termina por reforçar a mitificação e a sensação de perplexidade, impotência e incapacidade cognitiva. (CORTELLA, 2011, p.86).

A legislação nacional (Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996), Decreto nº 6.755 de janeiro de 2009, instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), como responsável pelo fomento a programas de formação inicial e continuada no País; criação dos Fóruns Estaduais de Apoio à Formação dos Profissionais da Educação; Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR (DECRETO/D 6755, CNE 2010/2009).

Infelizmente, o professor que está em sala de aula, não possui acesso às teorias emergentes, sem que essa venha de uma relação horizontal, impostas de cima para baixo, por integrantes do CNE/CEE. Os alunos são submetidos a uma avaliação externa, padronizada, do *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica* (SAEB) Provinha Brasil e a *Prova Brasil (para alunos do 9ª ano)*, que, juntas, ajudam a compor o *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica* (IDEB).

No âmbito federal, a Provinha Brasil (aplicada em alunos do 2º ano dos Anos Iniciais) surgiu como uma avaliação que permite ao próprio professor fazer um diagnóstico de sua turma de alfabetização por meio de um instrumento padronizado. Em sua concepção original, a Provinha deveria servir apenas como um instrumento balizador para as ações no processo de alfabetização em sala de aula, mas, na prática, os impactos da aplicação desse instrumento nem sempre têm sido positivos, principalmente porque o professor tem sido pressionado por melhores resultados e, até mesmo, responsabilizado na ausência deles (MAIA, 2010; ESTEBAN, 2009).

No Brasil, em que pese o debate sobre a profissionalização do magistério apontar para esse patamar de escolarização mais elevado, a LDBEN, em seu art. 62, sem desconhecer a tendência mundial de formação docente em nível superior, admite a preparação do professor da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, tanto em nível médio, quanto em nível superior, enfatizamos:

Art. 62 – A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena em universidades e institutos superiores de educação admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal(LDB. Art. 62/96).

E ainda, segundo a Lei de Diretrizes e Bases, no Parecer 01/99 do Conselho Nacional de Educação afirma:

Tal flexibilidade é compatível com o esforço dos legisladores no sentido de contemplar a diversidade e a desigualdade de oportunidades que perpassam a realidade educacional no país. Sem criar impedimentos formais para a oferta dessa modalidade de atendimento educacional, de fato, a lei desafia os sistemas a repensá-la sob novas bases. A rigor, seu reconhecimento expressa um movimento em busca da recuperação da sua identidade, na medida em que é a única modalidade de educação profissional em nível médio que a lei reconhece e identifica. As políticas educacionais deverão de respeitar essa peculiaridade e envidar esforços para dar consequência à valorização do magistério em todas as suas dimensões (LDBEN, Parecer CNE/CEB 01/99).

No Brasil cultua-se uma convicção de que basta a formação do professor em nível médio, no curso Normal, para trabalhar com crianças da Educação Infantil e Anos Iniciais, ao contrário do que acontece em países desenvolvidos, como na Coréia, por exemplo, em que quanto menor a idade da criança, maior deve ser o preparo do educador para assumir a classe. Isso nos faz refletir muito sobre o tipo de profissionais

que estamos formando e nas condições de resgate da dignidade desse profissional sucateado pelas políticas públicas. Entenda-se que não estamos desmerecendo ou desqualificando a referente formação, pelo contrário, estamos salientando que a formação inicial é algo absolutamente indispensável, é o subsolo na estrutura do processo formativo para que haja uma continuidade destes estudos em nível superior e capacitações, e este, por sua vez, se encaixe como base fundamental no início da formação do educador.

Atente-se para os dispositivos a respeito das incumbências dos docentes (art. 13), as disposições gerais que orientam a educação básica e também as determinações para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental (Seções II e III do Título V, Capítulo II). Considere-se, ainda, o estabelecido no art. 61 sobre os fundamentos da formação e, no art. 67, sobre as condições pertinentes à profissionalização dos docentes.

Por sua vez, a Resolução nº 03 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração do Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, retoma o que está determinado no art. 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nos seguintes termos:

Art. 4º - O exercício da docência na carreira do magistério exige, como qualificação mínima:
I – ensino médio completo, na modalidade Normal, para a docência na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental (LDB, art. 62).

Aproxima-se dessa linha o pronunciamento do Plano Nacional de Educação. Encaminhado ao Congresso pela União, reafirma a contribuição do curso de Magistério, propõe novas finalidades frente às demandas presentes na sociedade e alerta para os limites do seu atual formato.

Quanto à habilitação para o magistério em nível de ensino médio, a Lei n.º 5692/71 descaracterizou o antigo curso Normal, introduzindo o mesmo divórcio entre formação geral e específica que já ocorria nas licenciaturas. Deve-se observar ainda que, apesar da ênfase atribuída pela Lei de Diretrizes e Bases à formação em nível superior, não se pode desvincular da formação em nível médio, que será, por muito

tempo, necessária em muitas regiões do País. Além disso, a formação em nível médio pode cumprir três funções essenciais: a primeira é o recrutamento em nível obrigatório para as licenciaturas; a segunda, a preparação de pessoal auxiliar para creches; e a última, servir como centro de formação continuada para professores.

Ainda que parcial, o reconhecimento do curso atribui significativa importância a essa modalidade de formação e recomenda mudanças em seu atual modelo de organização. Opondo-se aos efeitos da Lei 5692/71 que, tornou obrigatória a profissionalização ao nível do 2º grau e transformou a formação de professores em “Habilitação para o Magistério”, desprovida das condições necessárias ao atendimento de suas reais finalidades, o Plano Nacional de Educação (PNE) sugere rever a estrutura fragmentada dos cursos, recomendando como princípio orientador de formação, a articulação teoria e prática.

No âmbito do PNE, elaborado por diversos setores da sociedade brasileira, ao qual foi apensa, no Congresso, a proposta da União, mantém-se a formação inicial em cursos de licenciatura, sem desconhecer a formação admitida por lei. No caso específico dos professores, a formação mínima exigida por lei é a modalidade Normal do ensino médio, para o trabalho pedagógico na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A formação desejável, e que será exigida de curto para médio prazo, para todos os níveis e modalidades, far-se-á na educação superior, em cursos de licenciatura plena.

Nossa Constituição Federal, a Lei Maior de nosso país, diz que o ato jurídico perfeito gera direito adquirido, e que a lei não pode prejudicá-lo.

Nesta lógica de raciocínio, há documentos emitidos pelo governo federal que ratificam a permanência da oferta do Curso Médio Normal, entre eles podemos citar:

Resolução CNE/CEB nº 03 que fixa Diretrizes para os novos Planos de Carreira e de Remuneração do Magistério dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, conforme se observa no Art. 4 inciso I; b) Lei nº 10.172 - Plano Nacional de Educação, item 10.3, meta 7 e 10; c) Resolução do CNE/CEB nº 01/2003 de 20/08/2003, que dispõe sobre os direitos dos profissionais da educação com formação na modalidade médio normal, aprovada na gestão do Ministro da Educação, Cristovam Buarque, que afirma mesmo depois de 2007, está garantido o direito constitucional de acesso e permanência dos professores diplomados por esta modalidade à carreira do magistério, pondo fim a polêmica sobre a exigência exclusiva de se formar o professor no ensino superior,

entendimento este que a referida LDB não contempla (CNE. DOU de 22/8/2003 Seção 1, p. 12).

O Relator ressalta:

As pessoas que foram legalmente habilitadas para o exercício do magistério por força de ato jurídico perfeito têm assegurado o reconhecimento de seu título profissional por toda a vida, tendo incorporado irreversivelmente essa prerrogativa a seu patrimônio pessoal, não podendo ser impedidos de exercer a profissão docente na esfera da habilitação específica.

A escola de nível médio investe muito nas didáticas, criando e praticando métodos, técnicas e procedimentos que instigam no educando a vontade de aprender e de aplicar o que se aprende. A relação professor/aluno é muito intensa, constroem-se laços entre o educando, aprendizagem e seu mediador, ao contrário da relação a nível superior, a qual se distancia esse fato. A questão da associação entre forma de ensinar e conteúdo que se ensina se torna ainda mais proeminente quando não se trata apenas de conhecimentos a serem adquiridos, mas de valores e posturas a serem assumidos (CNE/CEB, parecer 03/2003).

Essa fala vem ao encontro da proposta desta pesquisa, “investir nas didáticas” para saber como ensinar e de que forma colocar isso na prática do dia a dia. Isso é tarefa desenvolvida nas salas de aula do curso Normal. Existe uma preocupação em somar títulos, como mestrado, doutorado, MBA, de que o domínio teórico é suficiente para cumprir satisfatoriamente o papel docente. O fato de ser mestre ou doutor, não é fator determinante para definir se o professor está preparado para atuar na Educação Básica. Muitos possuem a titulação, mas não possuem a mínima ideia de como passar a informação que dominam. Segundo Marco Antonio de Oliveira, pesquisador da Ciência Econômica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do MEC:

A falta de professores com a formação didático-pedagógica e de experiência na área lecionada é um dos problemas enfrentados pelas instituições de Educação profissional e Tecnológica. (Revista Pátio, set e Nov/2012, p.40).

No entanto, percebe-se que essa carência não abre precedentes para que professores experientes ingressem nas instituições de ensino e desenvolvam suas potencialidades no mercado de trabalho formal. É fato que o professor precisa atualizar-se, através de estudos continuados, mas apenas o título de mestre ou doutor lhe confere a capacitação exigida nas instituições de ensino.

2.2 Reestruturação das Políticas Públicas de Capacitação

Analisar as políticas públicas para formação de professores na educação básica coloca todos os gestores como protagonistas no processo permanente de formação.

As mudanças na educação profissional ainda não são acompanhadas por um programa de formação que defina as competências de um professor. Por exemplo, a normalista sai do ensino médio, com dezoito anos e já é submetida a um estágio de 400 horas com crianças de 5 a 10,11 anos de idade, na Educação Básica. Ao se deparar com essa realidade, ela entra em desespero e busca suporte em sua orientadora de estágio (quando possui uma), esperando encontrar orientação, conforto e direção. São submetidas geralmente as “piores turmas” da escola de estágio, alunos indisciplinados, com sérios problemas de cunho familiar, social e de aprendizagem.

Segundo o coordenador executivo do Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para Educação Profissional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Luiz Gilberto Kronbauer salienta que:

É comum haver professores com saberes consolidados em suas áreas, mas que não sabem planejar atividades de ensino e aprendizagem. Não basta ter didática e metodologia adequada ao campo de conhecimento. É preciso planejar as atividades para o perfil etário, psicológico, econômico e cultural dos estudantes. A falta de profissionais com formação didático- pedagógica e experiência prática impede que a preparação do aluno ocorra de maneira integral, provoca o seu desinteresse [...] - oferecer uma aprendizagem apropriada e ajudar o aluno a desenvolver habilidades necessárias é tarefa dos professores, e a vivência auxilia bastante nesse processo. O desafio consiste precisamente em aliar a teoria a prática em prol da elevação da qualidade do ensino [...] (Kronbauer, 2012, p41).

De acordo com Kronbauer, deve haver uma mudança na legislação. Defende a ideia de que somente após a mudança de posturas que poderão ser enfrentados efetivamente os principais desafios apontados pelo MEC: implantar cursos de formação pedagógica específicos para a modalidade, estimular os professores para que prossigam de forma contínua seus estudos em cursos de qualificação, sejam de forma presencial ou a distância.

Gostaria de complementar ainda, que, ratificando a ideia que se torna fundamental o curso de formação de professores em nível médio inicialmente para

posterior continuidade da formação do educador. Nessa etapa, os alunos recebem suporte teórico, que será aprofundado no ensino superior, além das práticas, as quais convivem e interagem diariamente, através das disciplinas de didáticas geral e específicas para alfabetização, as quais possuem um papel fundamental de articulação entre as diferentes áreas do conhecimento, exploradas e postas em prática simultaneamente com o curso, pois o objeto do estudo da didática é o processo de ensino, campo principal da educação escolar. Trata-se de estabelecer como objetivo central o desenvolvimento do saber fazer.

Segundo Libâneo (1994, p.54), podemos definir processo de ensino como uma sequência de atividades entre professor e alunos tendo em vista a assimilação de conhecimentos e do desenvolvimento de habilidades, através dos quais os alunos aprimoram capacidades cognitivas (pensamento independente, observação, análise-síntese e outras). Entretanto, o objeto desta pesquisa não visa sobrepor a importância das práticas à teoria, mas permite elucidar os significados e importância desses atributos para que ocorra a aprendizagem.

[...] uma das disciplinas da Pedagogia que estuda o processo de ensino através dos seus componentes – os conteúdos escolares, o ensino e a aprendizagem – para, com o embasamento numa teoria da educação, formular diretrizes orientadoras da atividade profissional dos professores (Libâneo, 1994b, p.52).

Também é importante ressaltar, que se compararmos o programa do curso Normal com o curso superior de Pedagogia, veremos que teoricamente, são similares, apresentam características e disciplinas afins, mas que na prática sabemos que existe uma diferença gritante entre ambos: o primeiro, consegue esmiuçar as didáticas e práticas simultaneamente com a teoria e o segundo, possui ênfase na construção teórica do saber.

Conforme Tardif, estudioso da formação profissional do professor sob uma nova epistemologia: a “epistemologia da prática”, ele define como “o estudo dos saberes utilizados pelos profissionais da educação em seu espaço de trabalho cotidiano para o desempenho de todas as suas tarefas (TARDIF, 1991).

Isso resulta, numa transformação da ciência contemporânea, onde a prática passa do campo de aplicação para a produção do conhecimento.

A seguir, destacamos algumas particularidades das didáticas dentro do cotidiano escolar do curso Normal:

- **Didática Geral** - onde o aluno recebe uma visão do todo, a começar pelos teóricos da educação; noções de como criar um planejamento curricular, voltado para a realidade em que a criança está inserida, através de um estudo antropológico, dentro de sua comunidade escolar; elaboração de avaliações, que implica na construção de materiais de apoio, seleção e organização dos conteúdos programáticos; elaboração de objetivos os quais pretende atingir ao longo de uma unidade ou dia de aula, procedimentos de como ensinar, explorando as diversas habilidades dos alunos e dualidade de situações na sala de aula; metodologias de ensino, as quais o professor lança mão diante das dificuldades apresentadas e explora outras formas de atingir o entendimento do aluno para que ocorra a aprendizagem, tanto alunos de inclusão como na classe em geral; organização e direção de uma classe escolar, onde o professor aprende a trabalhar disciplina, limites, interação social, manejo de classe e orientações de como motivar uma criança à aprendizagem.

Segundo Claudino Piletti (1985), estudar didática não significa apenas acumular informações técnicas sobre o processo de ensino-aprendizagem. Significa, antes de mais nada, desenvolver a capacidade de questionamento e experimentação com relação a essas informações.

- **Didática da Alfabetização/Linguagem** – é o estudo da língua escrita e falada nos aspectos linguísticos, psicológicos, psicolinguísticos e sociais. Estuda os métodos de alfabetização que melhor se encaixa no perfil de cada turma, dando a possibilidade de cada educador optar pelo caminho que quer seguir. Explora a produção textual, o lúdico e a capacidade de imaginação do aluno nos diferentes veículos de leitura e representação escrita.

- **Didática do Planejamento** – estabelece regras e orientações de forma sistematizada de como elaborar um planejamento curricular ou de aula, de acordo com a orientação do MEC, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), dando autonomia ao professor de alterar, contribuir com conteúdos que julgar necessários.
- **Didática da Ciência** – possui o papel articulador de levar o aluno ao processo de investigação de forma sistematizada e organizada, com o objetivo de criar situações de conflitos e criar, testar e aplicar hipóteses para a solução de um problema. É o elo de ligação do aluno com a vida, a natureza, sua interação com o meio ambiente, ecossistema e suas relações com o todo.
- **Didática da Matemática** – o foco está em ensinar e como ensinar as quatro operações básicas: adição, subtração, multiplicação e divisão, que deverão ser dominadas pelos alunos até o final do terceiro ano dos anos iniciais. Estimular a despertar o raciocínio lógico do aluno através do material concreto até atingir as operações concretas do pensamento, que ocorre a partir dos sete anos de idade (Piaget, Epistemologia Genética, SP, 2002).
- **Didática de Estudos Sociais**- é a relação da formação do homem e sua integração na comunidade nacional e mundial como elemento útil a si mesmo e à sociedade em que vive. Aprender a ensinar a se situar no espaço e tempo que vive e estabelecer relações com o meio em que vive.
- **Didática da Educação Física** - estudo dos movimentos do corpo, quanto a direção, espaço, tempo, lateralidade, equilíbrio, tamanho, formas, freio inibitório, motricidade ampla, motricidade fina.

- **Didática do Ensino religioso** – noções de valores e relacionamento social entre alunos, professores e seus semelhantes. Resgate do respeito, diálogo, interação com a diversidade cultural e identidade pessoal.

Com este apanhado de objetivos didáticos, ficou claro observar a necessidade de prosseguir com o ensino médio como elemento fundamental e inicial na formação de professores, seguido da formação superior, para assegurar ao educador uma formação integral e ajustada às necessidades do educando.

As instituições públicas federais estão se dando conta de que professores que apenas possuem formação acadêmica não estão suprimindo as necessidades dos alunos e dos cursos, que seria necessário uma mudança na legislação, para contratação de professores com experiência profissional, formação didática adequada para atuar na formação de professores e alfabetização.

O cenário que temos de reestruturação econômica capitalista e global e a configuração do estado em relação à sociedade acarretam transformações na gestão de sistemas escolares, e principalmente na formação dos professores. Surgem, juntamente com a implantação de modelos embasados em novos paradigmas do conhecimento, mudanças nas políticas públicas de educação, assim como nas práticas pedagógicas escolares.

Pensando em torno de um paradigma racionalista-instrumentalista, baseado na concepção positivista de ciência:

O ensino se faz a partir de ideias e modelos de sistemas extraídos de várias ciências, tornando quase sempre o professor um aplicador desses modelos às situações concretas encontradas no cotidiano escolar. (FELDMAN, 2009, p. 74).

Nos estudos sobre formação de professores, é notável uma desvinculação entre teoria e prática pedagógica, que passa a se tornar um obstáculo na concretização de uma aula. Percebe-se o uso de modelos de padrões cristalizados, intocáveis e repetitivos. Com os avanços tecnológicos e necessidades de um público mais seletivo, surge a necessidade de sair da zona de conforto/acomodação e lançar-se a novas perspectivas de pesquisa e ensino. Buscar atualização do saber, voltado para as

necessidades dos alunos e descartar velhos conceitos. Afinal, o que está em foco é o aluno, independente do método ou teórico que usaremos para ensinar. Fazer uso do entendimento que temos, adquirido através de nossas pesquisas, estudos e experiências vividas e aplicar da melhor forma que conhecemos nos alunos que queremos formar. Arriscaria ainda dizer, que essa é a real função do educador: - ensinar e reensinar, de forma que venha ao encontro do entendimento do aluno.

De acordo com Paro (1998, p. 4, destaque do autor):

Embora toda a administração tenha a característica básica de mediação, não significa que toda a administração seja idêntica. Precisamente por ser mediação a determinado fim, a administração tem que adequar-se (nos métodos e nos conteúdos) aos objetivos que pretende alcançar, diferenciando-se, portanto, à medida em que diferenciam os objetos.

Para que um plano de metas se concretize e haja uma mudança significativa na educação nos dias de hoje, o Gestor Educacional deve se reestruturar, reconceituar e direcionar sua prática para uma filosofia democrática, com objetivos claros, rompendo com velhos paradigmas de mero mediador das burocracias sociais, aperfeiçoando suas tomadas de atitudes e buscando melhorias na qualidade de ensino.

2.3 Processo de mudanças do Curso Normal Médio na Gestão Educacional Brasileira

Segundo um grupo de pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), da Universidade de Brasília (UnB), a partir de 1986, existe um estudo de inovações implantadas no currículo do curso Normal nas escolas públicas do Distrito Federal.

Essas mudanças vêm a contribuir com a qualidade desejada no curso de formação de professores em nível médio, que podem ser estendidas para todo o território nacional.

A proposta parte de uma significativa mudança na grade curricular do curso, onde ainda apresenta lacunas na sua base comum, que abranja um expressivo aumento da carga horária nas disciplinas da Educação Geral, como português e matemática, especialmente, para que possam dar suporte teórico para qualquer área do conhecimento ao término do curso, não somente para o curso Normal; Psicologia da Educação com 216 h/a; a extensão do curso para 4 anos com 3.774 h/a e três anos em tempo integral com 4.824 h/a; execução de todas as tarefas escolares na escola; reforço aos conteúdos de educação geral e divisão dos conteúdos de Fundamentos de Educação em Filosofia, Sociologia e História da Educação, cada uma com 72 h/a; rompimento com a tecnicista de formação especial e estágio supervisionado ao longo dos três anos de curso; maior autonomia para as escolas com o curso Normal; atuação direta das normalistas 40 h/semanais e atuação direta das Universidades locais com Escolas Normais.

2.4 Quadros evolutivos das mudanças curriculares

Segundo Anísio Teixeira, o conhecimento e a vida adquiriram uma complexidade tamanha que se tornou irreversível a aplicação da pesquisa científica:

Os mestres do futuro terão de ser familiares dos métodos e conquistas da ciência e desde a escola primária iniciar a criança e depois o adolescente na arte sempre difícil e hoje extremamente complexa de pensar objetiva e cientificamente, de utilizar os conhecimentos que a pesquisa lhe está a trazer constantemente e de escolher e julgar os valores, com que há de enriquecer a sua vida neste planeta e no espaço que está em vésperas de conquistar. Reunindo, assim, funções de preceptor e de sacerdote e profundamente integrado na cultura científica, o mestre do futuro será o sal da terra, capaz de ensinar-nos, a despeito da complexidade e confusão modernas, a arte da vida pessoal em uma sociedade extremamente impessoal (Teixeira, vol. n. 209/210/211, p. 143-148, jan./dez. 2004).

Caetano de Campos em 1890, baseado numa inspiração norte-americana, introduziu uma reestruturação curricular no curso Normal onde prevaleciam as práticas

dos alunos realizadas nas escolas modelos, sobrepondo a Pedagogia. Instituiu a escola pública gratuita, inspirada na doutrina positivista, obrigatória e laica. A grade curricular, que era composta por quatro disciplinas, passou a ter 10:

Tabela 1 – Currículo da Escola Normal em 1980

Primeiro ano	Segundo ano	Terceiro ano
Português	Português	História do Brasil
Aritmética	Álgebra e Escrituração Mercantil (M)	Biologia
Geografia e cosmografia	Geometria	Educação Física e Economia Política
Exercícios Militares (M) Prendas e Exercícios Escolares (F)	Física e Química Física e Química	Organização das Escolas e sua Direção
Caligrafia e Desenho	Ginástica	Exercícios Práticos
	Música	
	Desenho	
	Economia Doméstica e Prendas (F)	

(Almeida, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília. V. 76, nº 184, p.675)

Tabela 2 – Currículo da Escola Normal Paulista em 1894

Primeiro	Ano	Segundo	Ano
1ª série	2ª série	1ª série	2ª série
<i>Português (6)**</i>	Português (6)	Português (5)	Português (6)
<i>Francês (6)</i>	Francês (6)	Inglês (6)	Inglês (6)
<i>Aritmética (3)</i>	Álgebra (3)	Geometria (3)	Latim (3)
<i>Geografia do Brasil (2)</i>	História do Brasil (2)	Geografia Geral (3)	Geometria e Trigonometria (3)
<i>Caligrafia e Desenho (3)</i>	Desenho (3)	Desenho (3)	Geografia Geral (3)
<i>Escrituração Mercantil (2)</i>	Escrituração Mercantil (2)	Música (3)	Música (3)
<i>Trabalhos Manuais (2) F*</i>	Trabalhos Manuais (2) F	Economia Doméstica (3) F	Economia Doméstica (2) F
Total: 24	24	26	26
Terceiro	Ano	Quarto	Ano
1ª série	2ª série	1ª série	2ª série
<i>Português (história da língua) (1)</i>	Latim (3)	Química (3)	Fisiologia e noções de Higiene (3)
<i>Latim (6)</i>	Mecânica (3)	História Natural (3)	História Universal (3)
<i>Mecânica (3)</i>	Astronomia Elementar (3)	Anatomia (3)	Pedagogia e Direção de Escolas (2)
<i>Astronomia Elementar (3)</i>	Física (3)	História Universal (3)	História Natural (2)
<i>Física (3)</i>	Química (3)	Pedagogia e Direção de	Economia, Política e

Primeiro	Ano	Segundo	Ano
		Escola (3)	Educação Cívica (2 M)
<i>Agrimensura (1)</i>	História Natural (3)	Economia Política (3)	Exercício de Ensino (12)
<i>Ginástica Exercícios de Ensino (5)</i>	Ginástica e exercícios Militares (3 M* 2 F)	Exercício de Ensino (6 M 9 F)	Educação Cívica (2 F)
	Exercícios de Ensino (4 F)		
Total: 24	24	24	24

(Almeida, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília. V. 76, nº 184, p.679)

Legenda : ** = número de aulas * F= Feminino M = Masculino

Neste período, existiam escolas primárias preliminares e complementares. As preliminares eram ministradas por alunos aprovados no 2º ano e as complementares por alunos aprovados no 3º ano. As turmas eram divididas entre série masculina e feminina e o que os diferenciava eram apenas as prendas domésticas e trabalhos manuais. Como a escola preliminar era mais curta na carga horária, muitos dos alunos não prosseguiram, ficando sujeitos a prestarem exame para lecionar nas escolas complementares devido à alta demanda de crianças. Para receber o diploma, os alunos deveriam prestar estágio por um ano nas escolas modelo. Esse currículo se manteve até 1911, quando as Escolas Normais passaram a se chamar “Secundárias” e as Complementares “Escolas Normais Primárias”.

Tabela 3 – Currículo da Escola Normal do Distrito Federal 1911 – Processo de Mudanças

Primeiro Ano	Segundo Ano	Terceiro Ano	Quarto Ano
Português (3)	Português (2)	Português (3)	Português (2)
Francês (3)	Francês (2)	Francês (3)	Francês (2)
Aritmética (3)	Aritmética (3)	Geometria no Espaço (2)	História do Brasil (3)
Geografia Geral (3)	Álgebra (2)	História Universal (2)	História Natural com Aplicação à Agricultura e à Zootecnia (4)
Música (2)	Geometria Plana com Aplicação às Medidas (2)	Noções de Física e Química (3)	Pedagogia e Educação Cívica (6)
Trabalhos Manuais (2)	Geografia do Brasil (2)	Pedagogia (3)	Música (2)
Desenho (2)	Pedagogia (3)	Música (2)	Trabalhos Manuais (M) (2)
	Música (2)	Trabalhos Manuais (2)	Trabalhos Manuais (F) (2)
	Trabalhos Manuais (2)	Ginástica (2)	Ginástica (2)
	Ginástica (2)	Desenho (2)	Desenho (2)
Total: 18	22	24	27

(Almeida, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília. V. 76, nº 184, p.682)

Mesmo com as transformações curriculares, a educação nunca foi considerada um exemplo de qualidade na formação de professores, sempre havia algo a melhorar para garantir o progresso educacional. Apesar das vastas e enriquecedoras disciplinas do estudo de línguas, como o Latim, buscando a origem da língua, o Francês, o Português, com História da Língua, lastima-se que tenham sido extintos do currículo escolar, (com exceção do Português, que hoje se preocupa mais com a síntese do que com a origem). Assim com disciplinas como Álgebra, Aritmética, Geometria Plana com Aplicação às Medidas, Anatomia, Economia, Política, Moral e Cívica, Mecânica e Astronomia, contribuindo para o enfraquecimento e empobrecimento da qualidade do

ensino e, conseqüentemente, a desvalorização do curso Normal e da carreira de professor.

É natural que deva haver mudanças para o progresso da educação, mas seria de bom tom, repensarmos no que perdemos e no que queremos para melhorar a qualidade do Ensino e formar currículos mais satisfatórios, retomando antigas posições de séculos passados aliadas a novas concepções do século XXI para termos a escola que queremos.

Segundo Paulo Pestano, colaborador do Jornal de São Paulo:

Essa preparação é deficiente, anarquizada, péssima sem exagero algum. As escolas normais primárias, caricaturas dos institutos de tal nome, ministram um ensino falho, insuficiente e lacunoso para o mestre primário. As outras esdruxulamente crismadas de "secundárias", padecem de grandes defeitos, dentre os quais destacamos a má distribuição das matérias pelos quatro anos e a ausência de acentuado caráter profissional (Pestano, 3 mar. 1914, p.5. cf. Reis Filho, op. cit., p.13).

Tabela 4 – Matriz Curricular da Escola Normal do Século XXI (Quadro 4)

Área	Disciplina	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Total
Linguagem	Língua Portuguesa	80	80	80	80	360
	Didática da Linguagem	-	40	40	-	80
	Língua Estrangeira	-	40	40	40	120
	Arte	80	-	-	-	80
	Didática da Arte	-	-	40	40	80
	Educação Física	40	40	40	40	160
	Tecnologias em Educação	-	-	-	80	80
	Subtotal	200	200	240	280	920

Área	Disciplina	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Total
Ciências da Natureza	Física	80	80	40	40	240
	Biologia	80	80	40	40	240
	Química	80	80	40	40	240
	Matemática	80	80	40	40	240
	Didática da Matemática	-	-	40	40	80
	Didática das Ciências	-	-	40	40	80
	Subtotal	320	320	240	240	1120
Ciências Humanas	História	80	80	-	-	160
	Didática da História	-	-	40	40	80
	Geografia	80	40	40	-	160
	Didática da Geografia	-	-	40	40	80
	Sociologia	-	80	-	-	80
	Antropologia	-	80	-	-	80
	Filosofia	80	-	-	-	80
	Psicologia	-	80	-	-	80
	Subtotal	240	360	120	80	800
Gestão e Organização Escolar	Didática	40	40	40	-	120
	Fundamentos da Educação	-	-	80	40	120
	Estrutura – Org.Ed. Nac.	-	-	-	80	80
	Estatística Aplicada à Educação	-	-	40	-	40

Área	Disciplina	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	Total
	História da Educação	-	-	-	80	80
	Subtotal	40	40	160	200	440
Práticas	Estágio Supervisionado	40	40	120	120	320
	Ed. Port. Nec. Especiais	-	-	-	-	-
	Ed. Infantil	-	-	-	-	-
	Ed. Jovens e Adultos	-	-	-	-	-
	Ed. Indígena	-	-	-	-	-
	TCC	-	-	-	40	40
	Subtotal	40	40	120	120	360
	Total Geral	840	960	880	960	3640

PS: Distribuição da carga horária da Matriz Curricular da Escola Normal por área/ disciplina no ano letivo.

Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 02 de janeiro de 2001 (Resolução SEE n.2353).

Tabela 5 – Matriz Curricular da Escola Normal do Século XXI (Quadro 5)

	Áreas do Conhecimento	Componentes Curriculares	Carga Horária Semanal					
			Base Nacional Comum				Total	
			1º	2º	3º	4º		
Base Nacional Comum	1. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	03	03	02	02	400	
		Educação Física	01	02	02		200	
		Arte		01	02	02	200	
	2. Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias.	Matemática	03	03	03		360	
		Ciências da Natureza	03	03	03		360	
	3. Ciências Humanas e suas Tecnologias.	Ciências Humanas	03	03	03		360	
		Ciências Sociais	02	02	02	02	320	
		Políticas Públicas	02	02	02		240	
	Subtotal			17	19	19	06	2.440
	Parte Diversificada	Língua Estrangeira Moderna		02	02			160
Educação Inclusiva					02	80		
Pedagogia de Projetos			02			80		
Psicologia Educacional		02				80		
Literatura Infantil					02	80		
Subtotal			04	04	00	04	480	
Parte Profissionalizante	As Práticas Pedagógicas: seus fundamentos e suas metodologias	Educação Infantil	02	02			160	
		Didática	02				80	
		Matemática			02	02	160	
		Alfabetização			02	02	160	
		Ciências Humanas				02	80	
		Ciências da Natureza				02	80	
		Linguagens			02	02	160	
		Práticas de Ensino				05	200	
	Subtotal			04	02	06	15	1.080
TOTAL			25	25	25	25	4.000	

PS: Distribuição da carga horária da Matriz Curricular da Escola Normal por área/ disciplina, base nacional comum, carga horária semanal e anual.

Quadro baseado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 02 de janeiro de 2001 (Resolução SEE n.2353).

Nos dias de hoje, século XXI, segundo dados da Secretaria da Educação, o mínimo exigido para formação profissional são 3.200h distribuídos de 3 a 4 anos letivos. A legislação prevê o mínimo de 800h para práticas, 400 distribuídas ao longo do curso e 400h de estágio supervisionado na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A base curricular nacional, especificamente a base comum, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, é composta por **Linguagens, Códigos e suas Tecnologias** (Português, Literatura, Educação Física e Arte), **Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias** (Matemática, Ciências da Natureza) e **Ciências Humanas e suas Tecnologias** (Ciências Humanas, Políticas Sociais e Políticas Públicas). A parte diversificada abrange disciplinas como Língua Estrangeira (Inglês), Educação Inclusiva, Pedagogia de Projetos, Psicologia Educacional e Literatura Infantil. Após segue a parte profissionalizante do curso, específica da formação do professor, que inclui todas as Práticas Pedagógicas, seus Fundamentos e suas Metodologias, divididas em Práticas de Ensino, distribuídas em até 11 tipos diferenciados de Didáticas, referentes a todas as áreas do conhecimento, para atender a demanda para crianças desde a Educação Infantil até o 5º ano do Ensino Fundamental (Anos Iniciais).

Ao contrário do que se imagina, o curso Normal em nível médio, não está em extinção no Brasil, apenas perdeu espaço após a implantação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), aprovada em 1996, que preconiza que para atuar na Educação Básica o docente deve ter nível superior, porém no mesmo artigo nº 62, assegura o direito de lecionar com nível médio, inclusive prestação de concurso público, para Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O curso está em pleno andamento em vários Estados do Brasil, como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Bahia, Piauí, Pernambuco, Distrito Federal, entre outros. De acordo com a alta demanda de matrículas, ventila-se a proposta de resgatar os cursos normais, começando pelo enriquecimento de sua matriz curricular, através de Políticas Públicas atuantes, principalmente no que diz respeito às disciplinas do núcleo comum, ampliando sua carga horária e distribuindo ao longo do curso, juntamente com as

disciplinas profissionalizantes, transformando-os numa porta de entrada para a carreira docente.

Segundo Helena Lopes de Freitas, coordenadora geral de formação de professores da Secretaria de Educação Básica do MEC, ressalta:

O normal sempre teve seu lugar e, embora não seja a formação de que todos os professores precisam, pode desempenhar um papel importante na solução de um dos principais problemas que enfrentamos hoje: a necessidade de ampliar o número de docentes", afirma Helena, admitindo que não existe um consenso no país em relação ao papel que cabe ao curso normal no circuito da formação docente. Assim sendo, em 2011, a SEB deverá dar início a uma ação em parceria com os estados que mantêm esses cursos, com a finalidade de estudar estratégias para fortalecê-los (Revista Educação, Janeiro/2013).

Em parceria com essa ideia, João Monlevade, membro do Conselho Nacional de Educação, também argumenta:

O normal pode desempenhar um papel relevante na profissionalização, ao mesmo tempo que garante uma formação inicial de qualidade do futuro professor. Enquanto que o curso de Pedagogia, normalmente quem faz, é o aluno de baixa renda, que muitas vezes precisa trabalhar durante o dia e estudar a noite em cursos de nível superior presenciais ou EaD, de qualidade discutível (Avancini, Marta. Revista Educação, Agosto de 2011).

Desta forma, a proposta segundo Freitas, é dar início a uma ação em parceria com os Estados, Políticas Públicas e Gestores Educacionais a fim de estudar estratégias para fortalecê-los e dar a qualidade que se faz necessária para a formação docente.

Existe um impasse entre aqueles que defendem a extinção do curso normal, alegando a imaturidade da clientela e permanência de baixos salários por se tratar de um curso de nível médio; em contrapartida, a formação superior, abriria um leque maior de fundamentação teórica, um professor mais crítico e reflexivo. Percebe-se uma questão de fundo não solucionada, por não existir ainda um consenso nacional, mas é um assunto que exige um olhar atento para a valorização teórica e prática dos fundamentos pedagógicos e educacionais.

3 METODOLOGIA

Este estudo tem um viés qualitativo e será do tipo pesquisa ação. Essa proposta procura expressar uma concepção de educação, voltada para a prática docente, a capacidade participativa e criativa do professor de nível médio (curso Normal) junto a seus alunos, contemplando as relações entre teoria e prática, buscando colocar o aluno em situações reais do cotidiano, elucidando a realidade educacional nas salas de aula e buscando alternativas de como ensinar e alfabetizar alunos dos anos iniciais da educação básica.

São comparados os estudos provenientes da observação e análise das aulas no Ensino Fundamental de 28 professores no total, os que possuem formação no curso Normal, em nível médio, com os que não possuem, da Escola Estadual de Ensino Fundamental Alcides Maya, em Sapucaia do Sul, tabelados e analisados a fim de constatar os benefícios e dificuldades encontradas nas práticas escolares.

Também foi coletado, através de pesquisas e tabelas a partir de 1890, dados referentes às bases curriculares do curso Normal até os dias de hoje, com o propósito de analisar a evolução e/ou impasses do programa educacional que rege o referido curso.

Foi aplicado um questionário com 20 perguntas fechadas relacionadas a teorias e práticas aplicadas no curso Normal, como teóricos da educação, métodos de alfabetização, recursos construídos ao longo do curso, das quais foram selecionadas 11 (com o fundo verde na grade), pelo grau de relevância, para análise e tabulação, como mostra a seguir.

Tabela 6 – Pesquisa de Campo

1) Você é professor(a) de Anos Iniciais?	
Sim	Não
8	20

2) Se a resposta anterior for sim, diga qual série ou ano de atuação.	
1ª	2
2ª	2
3ª	2
4ª	1
5ª	1

3) Qual a sua formação?	
Magistério	8
Magistério e Pedagogia Anos Iniciais concluído	3
Magistério e Pedagogia Anos Iniciais em curso	5
Ensino Médio e Pedagogia	2
Ensino Médio e Pedagogia em curso	7
Outro	3

4) Marque os recursos que você conhece?	
Cavalu	9
Ábaco	13
Material Dourado	13
Material Montessori	1
Blocos Lógicos	1
Álbum Sanfonado	0
Cartaz de Pregas	0
Varal	0
Jogos Pedagógicos	8
Avental com transparência	0
Material Cusineire	0
Não conhece	15

5) Utilize algum desses recursos em sala de aula?	
Sim	5

Não	20
Às vezes	3
Outros	0

6) Onde conheceu tais recursos?

Magistério	8
Faculdade	5
Cursinhos	3
não conheço	12

7) Sabe como construir e manusear tais recursos?

Sim	10
Não	18

8) No curso superior (faculdade) são ou foram ensinados a construção de materiais concretos e manuseio dos mesmos?

Sim	5
Não	18
Alguns	5

9) Possui dificuldades na prática, no dia a dia, para trabalhar com os alunos apenas com a formação superior?

Sim	20
Não	0
Em parte	8

10) O que mais dificulta o planejamento e desenvolvimento das aulas para quem não possui Magistério?

Falta de Didáticas	28
Falta de familiarização com o concreto	18
Apenas conhecimento teórico	12
Falta de prática	10
Todas as hipóteses estão corretas	13
Outros	0

11) Qual a maior ênfase no ensino médio (Magistério)?

Teoria	0
Práticas	8
Construção de recursos	12
Teorias e práticas simultaneamente	25
Interação professor x aluno	19
Outros	0

12) Qual a maior ênfase no Ensino Superior?	
Teoria	28
Prática	4
Interação professor x aluno	5
Outros	0

13) Considera suficiente a formação que recebeu?	
Sim	0
Não	28

14) Qual o papel da escola na formação do professor?	
Trabalhar a teoria	0
Trabalhar teoria e práticas	28
Outro	0

15) Gostaria de fazer algum novo curso para adquirir maior autonomia para lecionar?	
Sim	24
Não	4

16) Gosta do que faz?	
Sim	23
Não	5

17) Como professor, qual a sua rotina?	
Trabalha dois turnos, estuda e prepara as aulas quando possui tempo.	20
Trabalha três turnos e não tem tempo de especializar-se e não possui planejamento.	3
Trabalha um turno, possui planejamento e busca atualização frequentemente.	5
Outro	0

18) Quais os teóricos da educação que conhece?	
Vygotsky	20
Piaget	22
Wallon	7
Maria Montessori	12

Frei net	5
Paulo Freire	24
Emília Ferreiro	19
Gardner	4
Skinner	2
Karl Rogers	3
Outros	4

19) Onde estudou esses teóricos ?

Magistério	8
Faculdade	16
Cursos	8
Não conheço	10

20) Quais os métodos de alfabetização que conhece?

Fonético	5
Silábico	8
Alfabético	10
Sintético e Analítico	0
Construtivista	2
Tradicional	12
Nunca ouvi falar	6

Essas perguntas foram baseadas no cotidiano escolar de quem passou pelo curso Normal, e também de professores que possuem apenas formação acadêmica e que trabalham com a Educação Básica. Muitos entrevistados ficaram surpresos com alguns termos e recursos citados, para não dizer a maioria, por se tratar de estratégias relevantes na formação do professor no Ensino Médio.

Foi criado um link com a grade de perguntas e respostas e enviado para cada professor desta amostra composta por 28 profissionais e encaminhadas para seus e-mails. Na medida em eram respondidas as perguntas, eram encaminhadas de volta para análise. Tudo ocorreu durante o período de setembro a dezembro de 2012.

Também foram consideradas a opinião e vivências desses professores em reuniões pedagógicas dentro do estabelecimento escolar, semanalmente, nos momentos de planejamento e troca de experiências.

4 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS

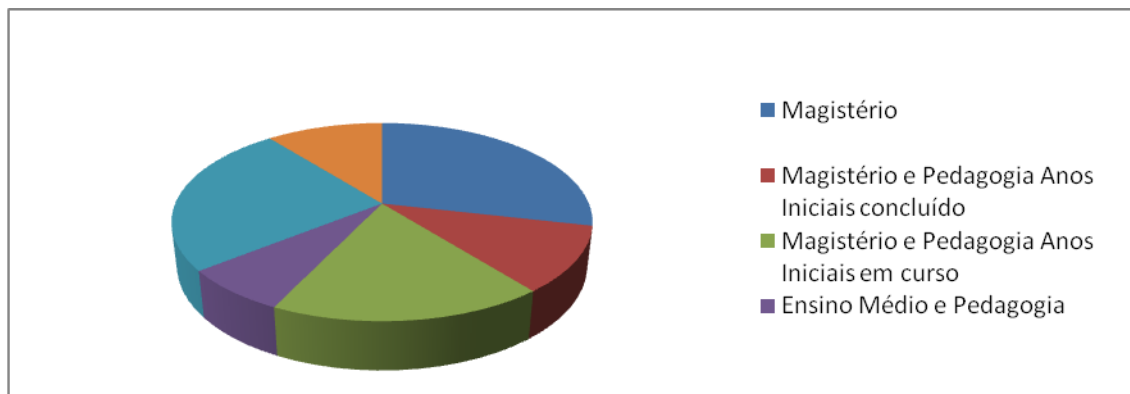
4.1 Gráficos

Segundo os dados apresentados nos gráficos, um grande número de professores, para não dizer a maioria, não possui o curso Normal, mas estão atuando em sala de aula. Desses professores entrevistados, menos da metade possuem e/ou cursam superior sem o curso Normal em nível médio, a maioria possui Ensino Médio (antigo Científico) e saem para o ensino superior sem a menor noção sobre ensinar e como ensinar.

Gráfico 7 – Professores de Anos Iniciais



Gráfico 8 – Formação dos professores pesquisados



Nos gráficos nºs. 3 e 4, é possível verificar que poucos conhecem os recursos construídos e ensinados no curso Normal, alguns disseram que nunca ouviram falar em tais recursos, os quais são muito pouco utilizados em sala de aula, infelizmente, diminuindo o uso do concreto em sala de aula e a probabilidade de aprendizagem através do lúdico.

Gráfico 9 – Recursos conhecidos pelos professores

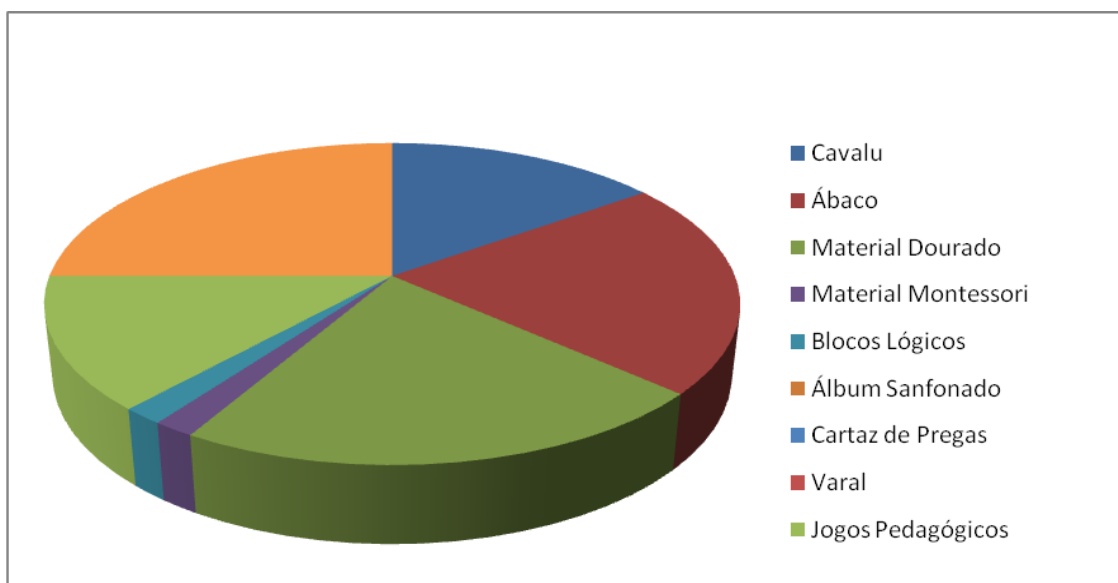
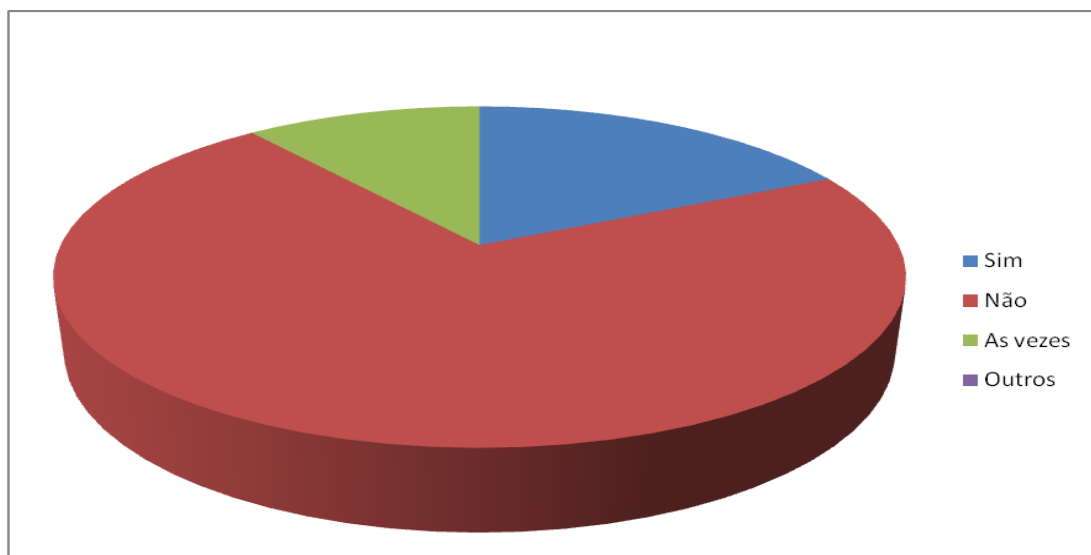
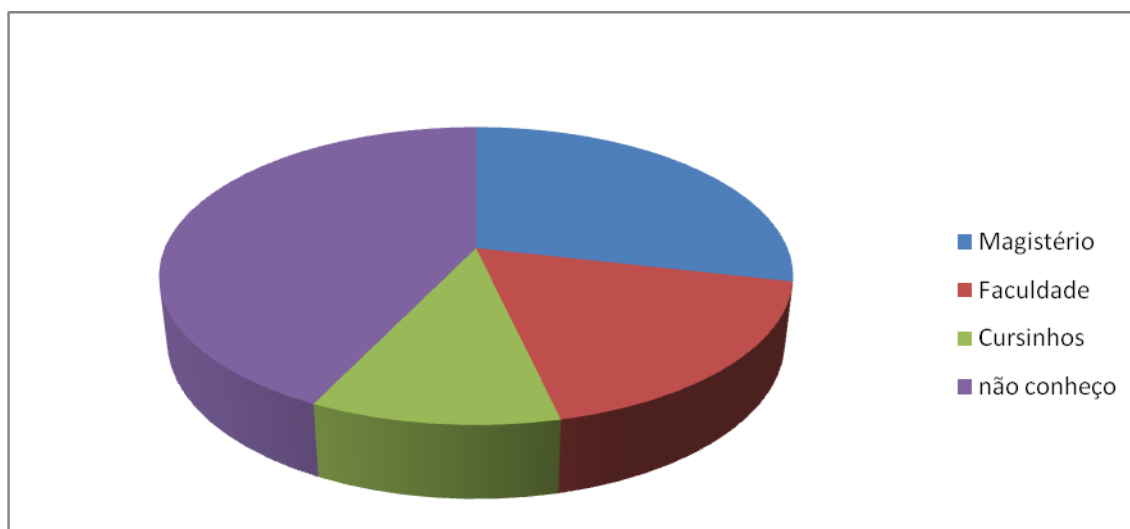


Gráfico 10 – Utilização dos recursos em sala de aula



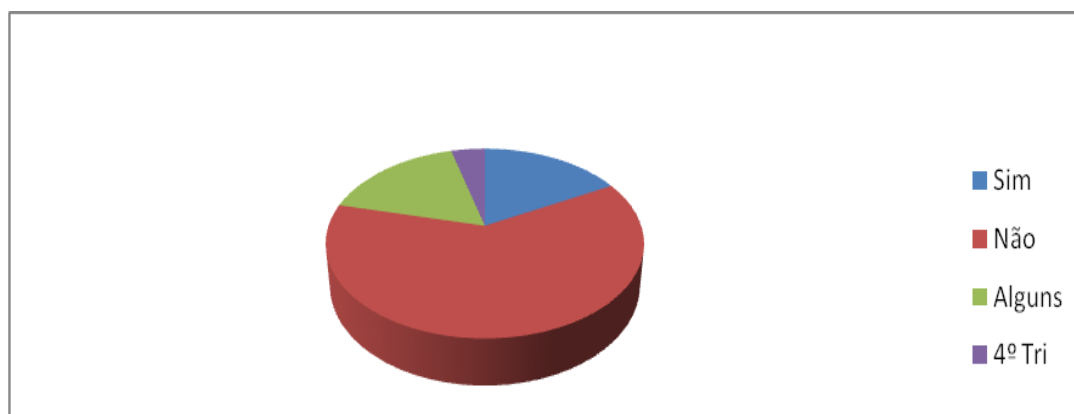
No gráfico nº 5, é preocupante a parte referente aos educadores que dizem não conhecerem os recursos mencionados, ou seja, trabalham sem o apoio didático fundamental e necessário para ensinar nos Anos Iniciais, onde a criança necessita manusear o concreto para que ocorra a aprendizagem.

Gráfico 11 – Cursos que conheceu os referidos recursos



Quando perguntamos, no gráfico nº 6, se são manuseados ou construídos materiais concretos na faculdade, mais da metade da amostra de entrevistados responderam que não. A falta de didáticas e familiarização com o concreto, o lúdico, é base para a alfabetização que inicia na Educação Infantil e segue pelos anos finais do Ensino Fundamental, são os “fundamentos de ensino”, o que muitos professores acabam por confundir, achando que alfabetizar é tarefa apenas dos professores dos anos iniciais.

Gráfico 12 – Construção e manuseio de material concreto no ensino superior



No gráfico nº 7, ao serem questionados sobre as dificuldades de planejamento para quem não possui o curso Normal, ou seja, para quem não teve a oportunidade de interagir nas aulas de didáticas, é justamente a falta do concreto, o lúdico que dificulta, pois ocorre que muitos possuem apenas a fundamentação teórica e não sabem como aplicar, pois somente no curso Normal, essas práticas são vivenciadas, conforme segue demonstração no gráfico nº8.

Gráfico 13 – O que mais dificulta o planejamento para quem não possui Magistério/Curso Normal

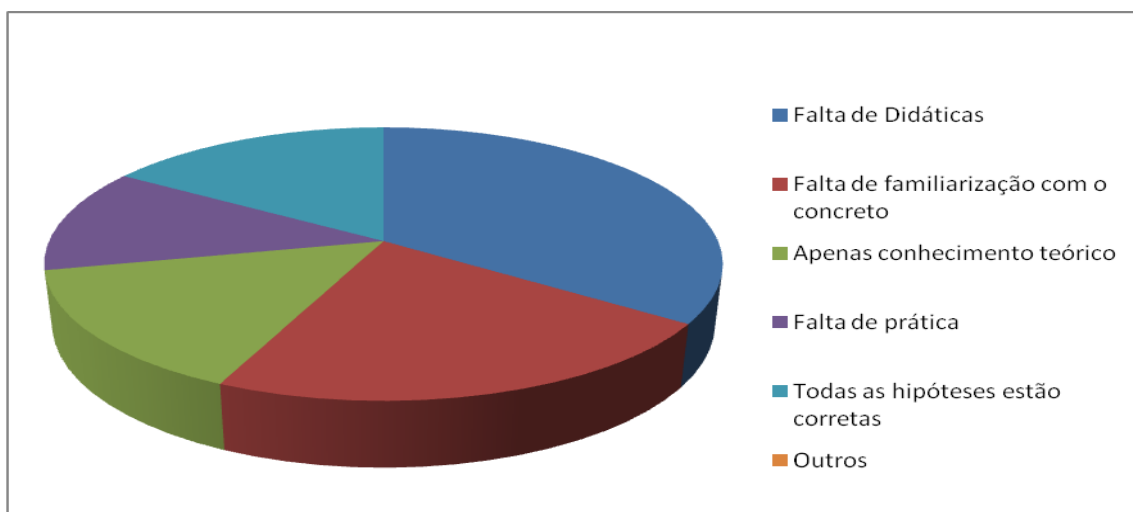
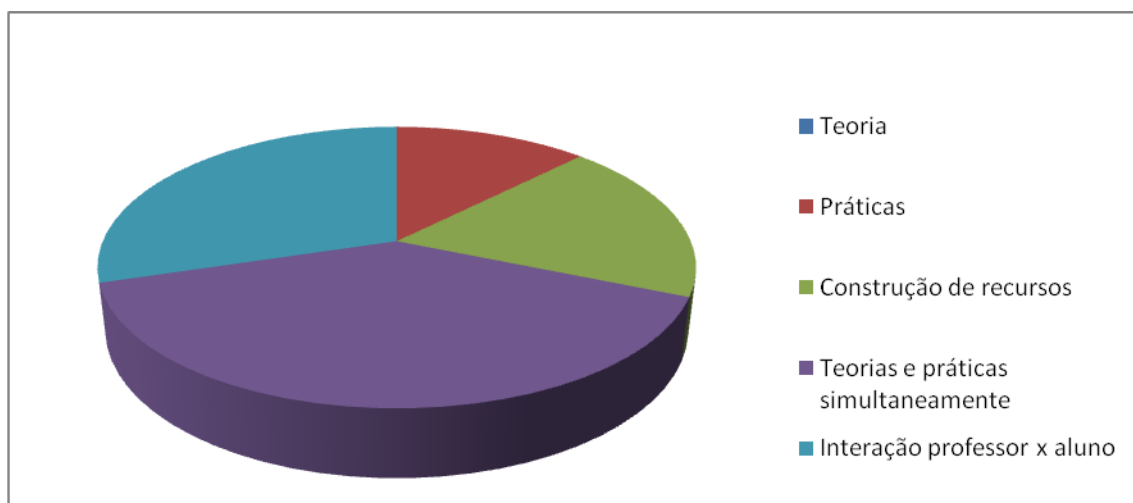
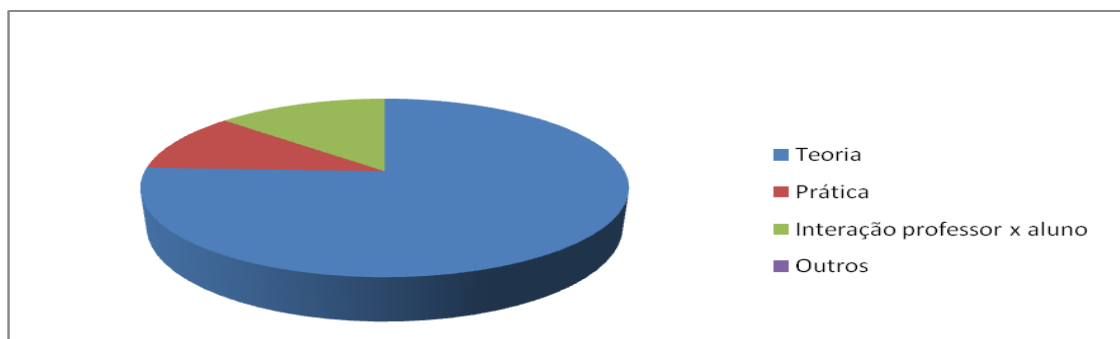


Gráfico 14 – Maior ênfase no ensino médio Normal



No curso de pedagogia, os alunos recebem ênfase no referencial teórico, longe da realidade das crianças e educadores, conforme mostra gráfico nº9.

Gráfico 15 – Maior ênfase no ensino superior Pedagogia



Colocamos alguns teóricos da educação em nossa pesquisa, a fim de avaliar com que frequência são trabalhados nos cursos de formação de professores e verificamos que, muitos desses teóricos foram trabalhados no curso superior. No curso Normal, os alunos recebem noções dessas teorias de aprendizagem e seus autores, o que não são suficientes para a formação integral do professor, que necessita aprofundar esses estudos através da formação continuada, geralmente cursos de Pedagogia, conforme mostra gráficos nº 10 e nº 11.

Gráfico 16 – Teóricos da Educação mais conhecidos

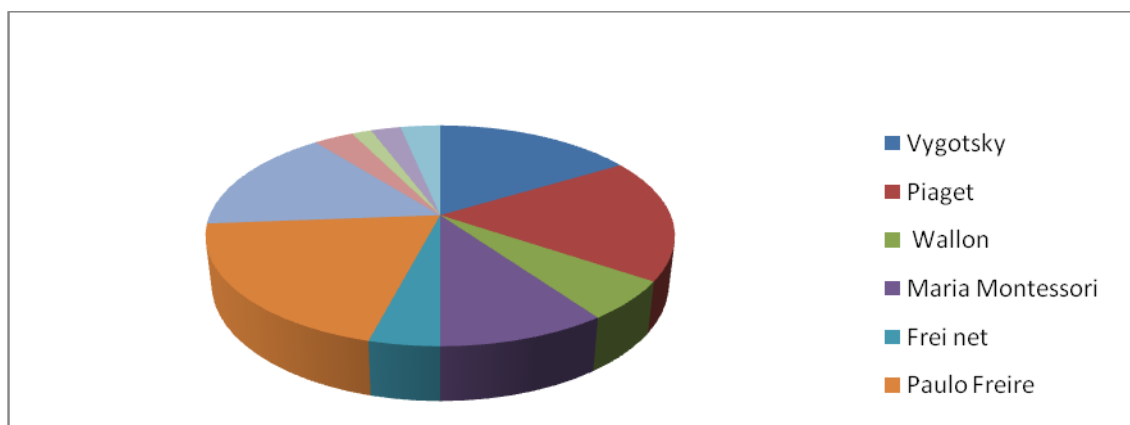
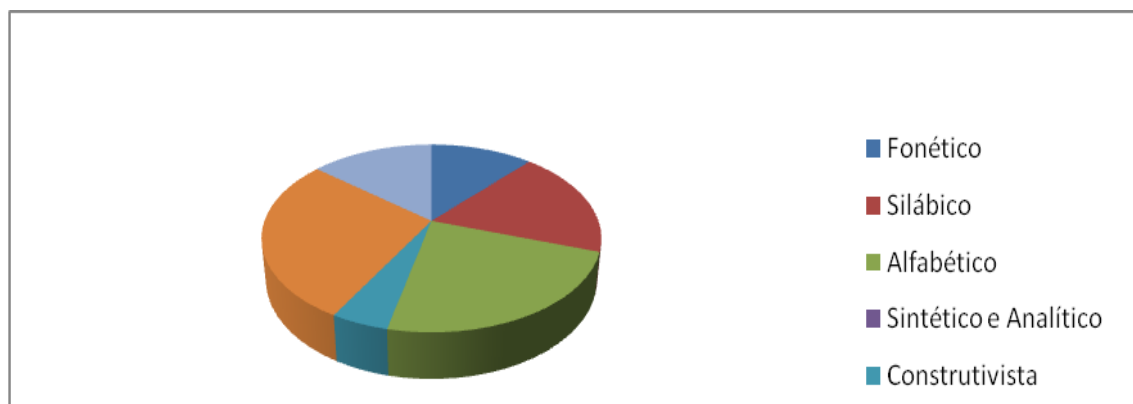


Gráfico 17 – Métodos de alfabetização mais conhecidos



4.2 Interpretação de dados das Tabelas

Nos dados referentes às tabelas das páginas 30 a 39 da fundamentação teórica, mostramos os dados coletados sobre as bases curriculares do curso Normal desde seus primórdios até a atualidade, onde podemos analisar os seguintes aspectos:

No quadro 1, Currículo da Escola Normal em 1890, o foco era aprender a ler e escrever, através da Língua Portuguesa; as quatro operações básicas, equações, resolução de problemas, através da Álgebra; Geografia e Cosmografia, referentes ao estudo da superfície terrestre e sua distribuição espacial e a astronomia que se preocupa com o estudo e descrição do universo; Física e Química; Música, Ginástica, Economia Doméstica para mulheres, Política, História do Brasil e Biologia.

Percebe-se que a ênfase do ensino na época era o estudo de disciplinas praticamente do núcleo comum, como Português e Matemática, Geografia e História, Química e Física, Biologia, e não havia carga horária destinada para cada disciplina.

No quadro 2, da página 31, em 1894, divididos do primeiro ao quarto ano, além da expressiva carga horária das disciplinas do núcleo comum, percebe-se ênfase na língua estrangeira, como Francês, com seis aulas semanais, Inglês e Latim. Disciplinas como Aritmética, Trigonometria, Álgebra, Fisiologia, Astronomia, Pedagogia, Mecânica, Educação Cívica, Economia, Agrimensura (que significa reconhecer, contextualizar e relacionar saberes e experiências teóricas e práticas das diversas áreas do

conhecimento que integram o currículo do curso), compunham a base curricular do curso, trazendo um gama inexorável de saberes ao futuro professor.

Referente à tabela 3, da página 33, percebe-se um expressivo enxugamento de disciplinas em relação ao quadro 2, devido ao alto índice de dedicação e envolvimento dos alunos que o curso exigia, foram banidas do currículo várias disciplinas a título de “simplificar” o programa para garantir maior demanda de estudantes no curso, devido ao alto índice de crianças ingressando na escola.

Nas tabelas 4 e 5, das páginas 33 a 38, já divididas por carga horária semanal e anual, regidas pela LDB, acresceram disciplinas referentes à formação profissionalizante dos professores, que são as disciplinas de cunho prático, como as Didáticas, que facilitaram as práticas pedagógicas na atualidade, Psicologia, que estudam o desenvolvimento humano, porém, foi reduzida consideravelmente a carga horária das disciplinas do núcleo comum, como Português e Matemática, por exemplo, Física e Química, Biologia, prejudicando o embasamento e fundamentação teóricas necessárias e indispensáveis na formação docente.

De acordo com Kronbauer, os dados coletados e o referencial teórico apresentado, refletem uma semelhança no que diz respeito à necessidade da reestruturação curricular, com maior ênfase nas disciplinas da base comum do curso Normal e fundamentação teórica.

Para Paro, o Gestor Educacional também deve reestruturar-se e romper com as estruturas convencionais para tomar atitudes que melhorem a qualidade de ensino. O próprio Ministério da Educação e Cultura (MEC), nos apontamentos desta pesquisa, admite a necessidade de adequação da Base Curricular Nacional (BCN) do curso Normal para que continue sendo a porta de entrada na formação do professor da Educação Básica.

Para que haja Gestores Educacionais capacitados que promovam uma educação de qualidade, urge uma reformulação curricular, alicerçada numa estrutura sólida e significativa para formação docente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Formar professores é a maior responsabilidade que as Políticas Públicas Educacionais possuem, embora não reconheçam, pois deles perpassam todos os ensinamentos para os demais cursos de formação do indivíduo, seja em qualquer área do conhecimento e em qualquer lugar do universo. O professor é a base de tudo em uma sociedade, sua formação depende de uma ação social e de dimensão ativamente política. Trata-se do profissional que planta ideias, a mão que pensa, que desenvolve o conhecimento científico para que as pessoas saibam melhor o que estão fazendo, que ensina o indivíduo a superar suas próprias limitações através de ações diárias apontando-lhe o caminho.

Segundo Paulo Freire, “aprender é movimentar a pessoa naquilo que ela antes pensou não saber, depois se encontrou no acontecimento e essa pessoa aprendeu a aprender” (2011, p. 55). Ensinar a aprender é responsabilidade de alguém que possui mais que o entendimento, é saber usar a ferramenta certa para ampliar horizontes.

Contudo, a base de toda sociedade começa na educação, na escola, e formar professores competentes é desafio que exige mudanças expressivas nas Políticas Públicas de uma Nação. O professor recebe essa base de conhecimento na fase inicial de sua formação: o curso Normal. Carrega consigo suas aprendizagens e vai solidificando seu entendimento no ensino superior para depois repassar para seus alunos. Claro que isso não significa que esteja pronto, mas calçado de pressupostos teóricos e práticos para o início de sua prática docente, que deverá ser mantida através de estudos continuados ao longo de sua jornada profissional.

Enxugar bases curriculares e banir disciplinas fundamentais ao enriquecimento e solidez do curso, resultou num número exorbitante de ingressos no curso Normal, por pessoas que muitas vezes se apoiaram no jargão “ Vou fazer Magistério porque é mais fácil” por ter uma base flexível, e acabaram banalizando e descaracterizando o curso, além de comprometer a qualidade da formação docente. Fazem-se necessárias mudanças urgentes nos programas educacionais em nível médio a fim de garantir a

formação de professores capacitados e bem fundamentados, resgatando o respeito e credibilidade da imagem do professor e desmistificando a ideia de que o curso é mais fácil, por não enfatizar disciplinas do núcleo comum, e começar a selecionar o público que realmente esteja interessado na formação docente de qualidade.

O Gestor Educacional deve estar atento à sua importância na democratização e mediação no processo administrativo, buscando desafios e introduzindo estratégias atualizadas para o engrandecimento do grupo de apoio e semeadores do saber, com o objetivo de não apenas cumprir seu plano de metas, mas buscar junto aos seus colaboradores alternativas e sugestões para alcançar uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de, **Currículos da Escola Normal Paulista (1846- 19920): Revendo uma Trajetória**. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Ver. Bras. Est. Ped. Brasília. V. 76, n. 184, p. 665- 689, set/ dez de 1995.

BARRETO, Raquel Goulart. **Formação de Professores, Tecnologias e Linguagens – Col. Tendências**, SP, Loyola, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. **Pró-Letramento: Programa de formação continuada de professores dos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental: Alfabetização e linguagem**. Edição revista e ampliada incluindo SAEB / Prova Brasil matriz de referência / Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

CHARLOT. Bernard. **Relação com o Saber, Formação de Professores e Globalização – Questões para Educação Hoje – Porto Alegre**, Artmed, 2005.

CORTELLA, Mario Sergio. **A Escola e o Conhecimento – Fundamentos Epistemológicos e Políticos – 14ª Ed**, SP. Cortez, 2011.

FALSARELLA, **Formação continuada de professores**, 1ª Ed., 2004.

FELMANN, Marina Graziela. **Formação de Professores e Escola na Contemporaneidade**. SP. Ed. Senac, 2009.

FREIRE, **Professora Sim, Tia Não- Cartas a quem Ousa Ensinar – 22ª Ed**. SP, Olho D'água, 2009.

GRANVILLE, Maria Antonia. **Teorias e Práticas na Formação de Professores – 3ª Ed**. SP, Papirus, 2007.

KRONBAUER, Luiz Gilberto. **Formação de Educadores: da Itinerância das Universidades a Escola Itinerante**. 1ª Edição, Editora UNIJUI, 2010.

LIBANEO, José Carlos. **Didática, Coleção Magistério Ensino Médio**. Cortez, SP. 1994.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e Processos Democráticos da Gestão Educacional – Cadernos de Gestão**, vol. II. RJ, Vozes, 2008.

LÜCK, Heloísa. **A Gestão Participativa na Escola – Cadernos de Gestão**, Vol. III. RJ, Vozes, 2008.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional – Uma questão Paradigmática – Cadernos de Gestão**, Vol. I. RJ, Vozes, 2008.

LÜCK, Heloísa. **Liderança em Gestão Escolar – Cadernos de Gestão**, Vol. IV. RJ, Vozes, 2008.

MAIA, Marinilda. **Provinha Brasil: como os docentes utilizam e avaliam os testes de diagnósticos de alfabetização**. Dissertação (Mestrado em Educação). FAE/UFMG, 2010. MEC/INEP. *Censo Escolar 2008*. Brasília, 2009.

MEC, portal do. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb28_01.pdf>. Acessado em 12 de outubro de 2012.

MEC, portal do. Disponível em < <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/22421/proporcao-de-professores-com-nivel->>

Acessado em 22 de outubro de 2012.

MEC, portal do. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/estudoprofessor.pdf>>

Acessado em 22 de outubro de 2012.

MEC, portal do. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm>

Acessado em 29 de outubro de 2012.

MEC/INEP. **Estatísticas dos professores no Brasil**. Brasília, MEC/INEP, 2004.

MEC/SEF. **Referências para a formação de professores**. Brasília, MEC/SEF, 1999.

MOURAN, José Manuel. **A Educação que Desejamos** – Novos Desafios e Como Chegar Lá – 4ª Ed. SP, Papirus, 2007.

PARO. Vitor Henrique. **Agestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública**. Disponível em:

<http://www.escoladegestores.inep.gov.br/downloads/artigos/gestao_da_educacao/egestao_da_educacao_vitor_Paro.pdf>. Acesso em: 30 de jan. de 2013.

PIAGET, Jean. Epistemologia Genética. SP. Martins Fontes, 2002.

PILETTI, Claudino. **Didática Geral**. SP, Ática, 1985, p. 05.

PIMENTA, Selma Garrido. **Didática e Formação de Professores: Percursos e Perspectivas no Brasil e em Portugal** – 6ª ED. SP, Cortez, 2011.

PIMENTA, Selma Garrido. **O Estágio na Formação de Professores – Unidade Teoria e Prática?** – 10ª ED. SP, Cortez, 2011.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, **Curso Normal no Distrito Federal: Processo de Mudança**. Disponível em <http://www.conexao professor.rj.gov.br/downloads/LIVROIV_normal.pdf>, Brasília, v.74, n. 176, p. 185-250, janeiro/abril de 1993.

REVISTA EDUCAÇÃO, **A Volta do que não Foi**. Disponível em: <<http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/168/a-volta-do-que-nao-foi-234925-1.asp>>, Acessado em janeiro de 2013.

REVISTA PÁTIO, **Ensino Médio Profissional e Tecnológico**. Ministério da Educação-FNDE – PNBE Periódicos, 2012, p 40 a 43.

SEC, **Secretaria da Educação do RS**. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/curso_normal.jsp?ACAO=acao1> Acessado em 21 de janeiro de 2013.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento** – 6ª Ed. SP. Contexto, 2011.

TARDIF, M.; LESSARD, C.; LAHAYE, L. **Os professores face ao saber: esboço de uma problemática do saber docente**. Teoria e Educação, n. 4, 1991.

TEIXEIRA, ANISIO. **Mestres de Amanhã**. Vol. 85, nº209/210/211, 2004

TIBA, Içami. **Ensinar aprendendo: novos paradigmas na educação**. 18ª ed. rev. e atual. - São Paulo: Integrare Editora, 2006.

UFPR, **Observatório da Educação Superior**, Disponível em:
<<http://www.observatoriodaeducacaosuperior.ufpr.br/justificativa.html>>
Acessado em: 28 de outubro de 2012.